

O sentido do sangue: considerações menstruais que vazam da norma

Za Chacon Saggioro¹

Doutorando em Ciências Sociais/Universidade Estadual de Campinas

<https://orcid.org/0009-0005-1237-1807>

zachacon.s@gmail.com

“Elizabeth Mía era uma mulher trans que viveu na Argentina
ouviu diversas vezes a mesma chacina:
que independentemente dos peitos
ou das cirurgias que pudesse pagar,
mulher jamais seria por não menstruar.
Meio litro de sangue ela tirou de si mesma
das próprias veias, em um manifesto
performou 13 ciclos de sua vida em que sangrou por um protesto
registrando mês a mês as dores de sua transição hormonal
Effy foi suicidada pouco tempo mais tarde,
por 25 anos suportou essa sociedade
Me pergunto quanto sangue trans precisa ser derramado
para que o sangue de vocês continue inquestionado”
(Menstruado, com O maiúsculo – autoria própria)

¹ Pessoa transmasculina, circense, ativista de uma menstruação transreferenciada. Bacharel em psicologia, mestre em educação (UFSCar) e doutorando em ciências sociais (UNICAMP).

O artigo se insere no campo de estudos sobre menstruação, mais especificamente em uma linha incipiente de pesquisa que tenho denominado de menstruação transreferenciada. Situo que componho o Labirinto² da UNICAMP, grupo que tem protagonizado a sistematização da menstruação em um eixo próprio de estudo³. Menstruação transreferenciada é uma abordagem em resposta a necessidade histórica de visibilização de identidades de gênero que são lidas na sociedade como antagônicas à experiência menstrual. Como veremos adiante, a escolha do termo que explicita essa localidade sociopolítica não pretende diminuir outras experiências menstruais dissidentes, como de pessoas intersexo e/ou com deficiências, apenas reafirmar e demarcar a luta pelo descolamento do sangue de sua inerência cisgênero. Para fins desta publicação, serão compartilhadas algumas entrevistas e imagens criadas no contexto do projeto “Corpos que Menstruam” que, submetidas a análise descritiva, desdobram-se em caminhos emergentes para estudos do campo.

Para contextualizar tanto a discussão da temática quanto a existência do projeto cultural realizado, enfatizo que o arcabouço teórico existente sobre a menstruação referencia e alimenta as iniciativas educacionais, midiáticas e as políticas públicas em nossa sociedade com uma imagem específica e delimitada do corpo que pode sangrar: a mulher cisgênero, heterossexual e sem deficiências (Chacon, 2024). Essa construção desconsidera e, portanto, exclui da possibilidade de direitos e informação a diversidade dos corpos menstruantes, como as pessoas transmasculinas⁴, os homens trans⁵, as pessoas não binárias⁶, intersexo⁷ e com deficiência. E, em relação a sexualidade, o pressuposto hétero tem sido apontado (Cabral, 2011; Chacon, 2024; Meinerz & Santos, 2022) como a régua de orientações e cuidados voltados para a menstruação que afastam lésbicas, bissexuais, assexuais e pansexuais de garantir seus direitos em saúde.

2 Laboratório de estudos socioantropológicos sobre tecnologias da vida (Labirinto): <https://www.labirinto.labjor.unicamp.br/>

3 Além do grupo ser composto por pesquisadores implicadas na temática menstrual, vale registrar que Clarissa Reche, Cecilia Ruystoyburu, Daniela Manica e Janaina Moraes propuseram uma disciplina inédita e panorâmica sobre menstruação na pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e no mestrado em Divulgação Científica e Cultural (PPG-DCC) da UNICAMP no 1º semestre de 2025.

4 Grupo de pessoas trans cujas identidades estão no espectro masculino, mas que não necessariamente se consideram homens, embora possam.

5 Pessoas que foram designadas como mulher ao nascer, mas que se entendem como homem.

6 Termo guarda-chuva para identidades que não se enquadram no binarismo de gênero masculino ou feminino.

7 Pessoas que podem apresentar uma variação em características sexuais (genitais, cromossômicas, hormonais ou outras anatomias reprodutivas e características secundárias) que não se enquadram nas normas médicas de masculino ou feminino. Pessoas intersexo podem ser cis ou trans e, ainda assim, a depender da configuração de seus corpos, também podem sangrar.

Por ser uma pessoa transmasculina e bissexual e, portanto, não encontrar referências para meu corpo dissidente de gênero e sexualidade que menstrua, realizei uma pesquisa de mestrado que visou propiciar sugestões pedagógicas para contemplar uma educação não cisheteronormativa⁸ do sangue. A pesquisa foi intitulada de “Bases para uma Educação Menstrual Popular e LGBTQIAPN+” (Chacon, 2024) e sugere pautas para que espaços de discussão menstrual sejam comprometidos com os saberes populares e também com a diversidade da sigla LGBTQIAPN+.

Dando continuidade ao trabalho e visando extrapolar o ambiente acadêmico, o projeto “Corpos que Menstruam⁹” se caracterizou pela fabricação de um roteiro de documentário que visibiliza experiências menstruais dissidentes da cisnormatividade¹⁰ de gênero, aprovado pela lei de incentivo cultural Paulo Gustavo em 2023. O projeto foi desenvolvido em São Carlos (SP) por mim e por Gabriella Joris, profissional audiovisual. Nesse processo, fui responsável pela pesquisa, articulação dos depoimentos, escrita do roteiro e criação de oficinas de contrapartida, atividades que propiciaram uma riqueza incomensurável de dados e que, em partes, aqui serão expostos como material de análise.

Delineando a configuração do presente artigo, a ordem dos recortes narrativos irá representar a sequência dos eventos que emergiram no decorrer do projeto. Uma das primeiras etapas da pesquisa para o roteiro foi a realização de entrevistas com pessoas dissidentes de gênero que menstruam ou já menstruaram interessadas em contribuir com a causa. A participação foi voluntária e resultante de buscas por contribuição a partir da divulgação da aprovação do projeto na rede social Instagram. Assim, serão apresentadas algumas frases despontadas dos momentos de entrevista, enfatizando experiências de pessoas trans, intersexo e de uma mulher cis com deficiência que apresentaram suas reivindicações acerca da temática menstrual.

Posteriormente, serão expostos os resultados, em formato de fotografia artística, das oficinas de contrapartida realizadas. Ações que ofereçam gratuitamente à população o acesso aos efeitos de projetos financiados com dinheiro público são obrigatórias em editais culturais. Dessa forma, foi previsto para Corpos que Menstruam a realização de duas oficinas de contrapartida, apoiadas com o espaço físico do Centro Cultural da USP do município de São Carlos (SP). O primeiro dia foi destinado à apresentação do projeto e discussão da temática. O segundo, viabilizou recursos e ensinamentos sobre fotografia

8 Uma junção entre a cisnormatividade com a heteronormatividade como normas e regras a serem seguidas.

9 Corpos que menstruam ou corpos menstruantes são expressões que sem sido utilizadas por ativistas e movimentos sociais para demarcar a existência da experiência menstrual de corpos não cisnormativos.

10 Cisnormatividade pode ser descrita como a norma social que compreende a cisgeneridade como regra, ou seja, que todas as pessoas são cis e que a existência trans é um desvio dessa estrutura normativa.

a fim de que as pessoas participantes pudessem transformar as inquietações do debate em representação artística. A chamada para o evento também foi pública e veiculada no Instagram. Estiveram presentes pessoas transmasculinas, homens trans, pessoas não binárias e uma participante travesti.

Entrevistas para pesquisa de roteiro

Foram realizadas 13 entrevistas com as pessoas interessadas em comporem a pesquisa de conteúdo para a elaboração do roteiro. Participaram homens trans, pessoas transmasculinas, não binárias, uma mulher cis com deficiência e uma pessoa intersexo. Dentre elas, oito pessoas negras e cinco brancas. Para fins da elaboração desta publicação, trarei falas que contemplam cada uma dessas identidades e corporalidades¹¹ que compuseram o roteiro. O critério de seleção das falas a serem compartilhadas nesse artigo foi a relação dos diálogos com as pautas corporais e identitárias aqui enfatizadas, na tentativa de um recorte representativo dos numerosos dados que compuseram o projeto.

Os diálogos foram mediados por entrevistas semiestruturadas, com questões construídas a partir das Bases para uma Educação Menstrual e LGBTQIAPN+ elaboradas em minha pesquisa de mestrado (Chacon, 2024). A existência desse conteúdo possibilitou que a discussão contemplasse assuntos fundamentais para um ambiente proposto a lidar de maneira digna com a pluralidade das pessoas que podem sangrar (Chacon, 2024), registrando como questões pertinentes a temáticas como identidade e papéis de gênero; ambiente médico e prazer se relacionavam com a menstruação na vivência de cada participante. Além disso, as pessoas foram convidadas a compartilhar como enxergavam a representatividade dos recortes aos quais pertenciam (trans, cis, intersexo, pessoas com deficiência) na pauta menstrual.

Apesar de terem existido temáticas propulsoras de diálogo, exploradas com base nos aportes educacionais supracitados, as diferentes experiências com o sangue apontaram para questões que, para fins didáticos na elaboração do roteiro, foram divididas em dois grandes temas: a) o sangue como educação cisheteronormativa e b) denúncias sobre o âmbito ginecológico. Os discursos foram protocolados de maneira anônima para preservação do sigilo, autorizados tanto para fins do roteiro, quanto para

11 Para fazer alusão às pessoas participantes, serão utilizadas as palavras corporalidades e identidades. A primeira diz respeito as condições necessárias para uma pessoa menstruar, relacionadas a possibilidades fisiológicas, reprodutivas e/ou sexuais específicas, a fim de não reduzir a pauta a questões identitárias. Pessoas intersexo e pessoas com deficiência, como demonstram seus relatos, possuem em suas corporalidades experiências menstruais singulares e suas reivindicações estão relacionadas a elas, e não especialmente a questões identitárias. Já segunda enfatiza os recortes de identidades de gênero que comporão o ensaio, uma vez que essa informação se faz imprescindível para descrever suas vivências menstruais.

possíveis articulações dele derivadas, como este estudo. A escolha de caracterizar as falas com identidades de gênero e étnico-raciais, além de melhor organizar a contextualização da narrativa para os leitores, foi almejada para explicitar o reconhecimento de questões singulares, mas sobretudo coletivas, que permeiam as histórias. Ricas e extensas em suas denúncias, cumpro o desafio de compartilhar de maneira resumida algumas reivindicações destas vozes.

a) O sangue como educação cisheteronormativa

“Quando tive a menarca, foi toda aquela coisa vergonhosa da minha família ficar me empurrando pra isso. Eles falavam, não, porque agora você é uma mocinha, aí parabéns, porque agora seu corpo vai mudar. Foi desesperador pra mim, porque foi a hora que caiu a ficha, porque eu não quero, não quero isso. Porque já foi incumbido que menstruação é algo feminino. Eu acho que durante muito tempo, muitas vezes foi meio que uma marca, de me ver sangrando e falar caralho, eu sangro. A sociedade me vê como uma mulher porque eu sangro” (Acervo do autor. Homem trans, negro, 33 anos).

“Sempre foi muito difícil. Na minha cabeça, enquanto eu tivesse menstruando eu não alcançaria esse gênero masculino que eu tanto queria. Poucas pessoas têm essa imagem de que homens menstruam. Eu com 14 anos não tinha isso. Parecia que nos dias que estava acontecendo eu só pensava nisso, a minha vida tava, focava nisso por 5 dias, minha cabeça ficava 5 dias nisso, depois passava. Era contraditório porque eu não entendia de onde vinha esse desconforto, eu imaginava que não era perfeito pra maioria das pessoas, mas eu não sabia porque era tão difícil. E quando fui entendendo a questão da minha transição eu fui entendendo melhor o desconforto, e no processo de hormonizar e transicionar foi a primeira coisa que eu ansiava pra passar” (Acervo do autor. Homem trans, negro, 19 anos)

“Aí eu lembro que procurei minha mãe apavorada assim tipo mãe eu estou sangrando, achando que eu tava com uma doença, um machucado, algum problema, aí ela começou a chorar e eu meu deus o que que aconteceu... aí ela ah é que agora você deixou de ser menina, agora você é uma mulher, aí eu fiquei tipo... nossa, realmente eu tô com grande problema (risos), bem maior que eu imaginei. Podia ser alguma doença pra tratar com remedinho, mas não, era um grande problema social (risos)... O sangue funciona como porta voz da sociedade que lembra que o seu corpo foi educado e socialmente desejado pra você não ser quem você é assim. Então a menstruação atravessa muito forte o processo de transição e reforça essa perspectiva binária do gênero oposto e um certo lugar pra se chegar. Então pra mim foi a criação de um constrangimento que eu não

conhecia antes, eu evitava falar ou demonstrar que eu tava menstruando ou menstruava pra não denunciar então que eu tinha uma vagina então eu era uma mulher” (Acervo do autor. Pessoa não binária, branca, 29 anos).

“É muito difícil falar sobre isso em espaços com mulheres cis por exemplo. Hoje em dia é muito difícil eu trocar ideia com meninas cis que não sejam extremamente próximas a mim sobre essas coisas porque sempre rola estranhezas, ainda mais pela minha aparência, muito masculina, porque tem muita barba. As pessoas não pensam que eu posso menstruar, que eu menstruo, que eu tenho útero” (Acervo do autor. Pessoa transmasculina, branca, 26 anos).

Em diversos momentos, as experiências relatadas denunciam a menstruação como um evento que institucionalizou a leitura social dos seus corpos como mulher cis. A responsabilidade dessa articulação, nas diferentes falas, advém de lugares outros que não o sangue em si mesmo: da parabenização da família pelo “virar mocinha”, da educação recebida pela mãe, da impossibilidade de atributos físicos lidos como “masculinos” permear o universo menstrual e de outras dimensões não nomeadas, mas que apontam para a força do mesmo tratado social cisnormativo da menstruação compartilhado por essas vivências. Os sofrimentos e desconfortos atribuídos a essa associação cisgênera à menstruação identificam na educação e na cultura¹² as origens da dimensionalidade desta dor (Chacon, 2024), justificando, portanto, o nome desta categoria.

Para além da identidade de gênero, a pauta intersexo e a pauta da deficiência despontaram como outras temáticas invisibilizadas em relação às corporalidades que menstruam. Apesar da pessoa entrevistada com condição intersexo ser não binária, vale ressaltar que a pauta urgente para e entrevistada foi justamente os estigmas sobre sua corporalidade intersexo em relação à temática menstrual, tendo as questões identitárias um destaque menor em suas falas:

Minha condição, ela afetou meus ovários né, então minha menstruação sempre foi desregulada. E sempre eu tive que usar anticoncepcional pois o médico sempre falava que um dia ia ajustar, mas assim que eu parava tudo isso voltava, era dependente do anticoncepcional (...). Não

12 Para um aprofundamento teórico que explana como se constrói a imagem do sangue atrelada à cisgeneridade nos dias de hoje, cito o capítulo “Movimentos e articulações em prol da menstruação” (Chacon, 2024), que traz uma análise dos movimentos sociais, cursos livres e de pós graduação, conteúdos da Base Comum Curricular (BNCC) e do Programa de Saúde na Escola (PSE) voltados para menstruação, bem como da única política pública existente direcionada a ela (Lei 14.214). Todas essas iniciativas não se preocupam com o básico para garantir a dignidade das pessoas menstruantes, que é a proposição de uma discussão de gênero e a identificação das pessoas que vivenciam o fenômeno. Pelo contrário, reforçam estereótipos cisgêneros de uma menstruação feminina universal e, na maioria das vezes, seu viés heteroreprodutivo.

só na menstruação, mas pessoas intersexo são completamente invisíveis no geral né. O que você ouve falar é, ah, tal pessoa tem síndrome do ovário policístico, tal pessoa tem síndrome de Turner. Mas dentro dessas síndromes, que são variações intersexo, você encontra ali pessoas que menstruam e pessoas que não menstruam. Você vai encontrar pessoas que têm pênis e que menstruam, ou que menstruaram em algum momento. Você vai encontrar pessoas com vagina, com vulva, e que nunca menstruaram. Então há uma variedade muito grande dentro da categoria intersexo né, e a gente não consegue ter essa representatividade assim” (Acervo do autor. Pessoa não binária e intersexo, branca, 28 anos).

“Eu não percebo nenhuma pessoa com deficiência nos comerciais de absorvente (...) Eu percebo essas duas coisas, que não tem mulher com deficiência e que não tem nada que muda na vida delas com menstruação. Eu costumo usar essas fraldas pra mulher adulta. Porque vem muito e é bem desconfortável porque é bem trabalhoso. E pra mim, o mais confortável é usar fralda mesmo porque como eu não tenho coordenação motora muito boa, pra mim é mais difícil usar absorvente. Por essa questão da sociedade ter dificuldade de me ver como mulher isso me faz passar mal. Assim ah, até hoje tenho vergonha em usar fralda por mais que seja o mais confortável pra mim, mais que absorvente. As pessoas já ficam me olhando como se tem alguma coisa muito fora da casinha em mim, uma pessoa que passa na rua que me vê no ponto de ônibus eu me sinto meio insegura, se a pessoa percebe que estou de fralda ela vai me encher o saco mais ainda então por isso que eu fico receosa com a fralda sabe, ainda fico preocupada” (Acervo do autor. Mulher cis, negra, possui paralisia e mobilidade reduzida, 23 anos).

O primeiro trecho denuncia que, muito antes da notória falta de informação médico-científica a respeito de corpos intersexo (Santos, 2020), sequer existe o reconhecimento da existência dessas corporalidades pela categoria. Assim, a pessoa participante relata a prescrição de anticoncepcional como o “cuidado” oferecido em saúde para sua especificidade, denuncia o desconhecimento da ciência médica sobre algumas condições intersexo por nomearem como síndromes e expõe a alienação biologizante do discurso cisgênero ao apontar as possibilidades genitais que podem sangrar e que geralmente são lidas como antagonicas do sangue, como uma pessoa intersexo com pênis.

No caso do relato que pauta os enfrentamentos vivenciados por uma pessoa que possui paralisia e mobilidade reduzida, o fato de ela ser uma mulher cisgênera não a salva da circunstância de a sociedade excluí-la da normatividade capacitista¹³ requisitada para a categoria. Assim, compartilha a angústia de não se enquadrar como mulher aos olhos

13 Capacitismo é o preconceito e discriminação em relação as pessoas com deficiência, fundamentados na crença de que esses indivíduos são inferiores, incapazes e/ou destoam do padrão da normatividade (Brasil, 2024).

dos outros e aponta para uma série de problemáticas relacionadas a uma política de saúde e higiene menstrual que não é pensada e nem feita para pessoas com deficiências semelhantes às dela. Portanto, reitero que o significado de “norma”, contido no conceito da cisnormatividade do sangue discutida nessa categoria, traz consigo a exclusão de corporalidades não padrões, como as pessoas intersexo e com deficiência.

Para compor esse cenário, a heterossexualidade é identificada como um fundamento que integra a cisnorma incumbida aos seus corpos a partir da menarca. Alguns exemplos de relatos:

“Menstruar fez assumir o papel da mulher né, a responsabilidade de se cuidar, porque os meninos não se cuidam. Aí você tem que tomar cuidado, tem que prestar atenção, porque eles não se cuidam. E um se cuidar bem específico né, um se cuidar de contracepção, e também um de não ser visto como vagabunda” (Acervo do autor. Homem trans, negro, 33 anos).

“E aí eu lembro que a grande preocupação da minha mãe já me levar na gineco pra ver se eu ia tomar ou não anticoncepcional, já amarrando ali com a ideia de gravidez (...) Ah, é como uma virada do tipo, perdeu a inocência da criança que tinha até ali e agora se tornou uma pessoa semi adulta que pode passar a reproduzir a vida. E aí eu que foi um pouco nessa pegada de um medo de a partir de quando eu sangrasse pela primeira vez eu podia estar gestando, foi a grande reação da minha mãe no jeito que ela se relacionava comigo e nas coisas que ela me trazia de preocupações assim, de demanda. Até porque na verdade naquele momento ali eu era uma criança sapatão ne, era o nome que eu tinha pra minha existência até então (risos) e tipo nem tava sabe, as paixões que eu tinha nem tinham o potencial de eu vir a gestar, muito descolamento da realidade sabe” (Acervo do autor. Pessoa não binária, branca, 29 anos).

“Foi com 13 anos. Caraca agora você já pode ter filhos, você tem que desenvolver agora uma relação com a sua sexualidade em que vai ter que necessariamente pensar em proteção pra não engravidar. Não necessariamente eu queria transar com uma pessoa que tinha pau, mas não foi nem no viés da DST que me ensinaram sobre sexualidade, foi um viés de ter filhos ou não, nesse lugar de não vai ter filho agora, não vai. Foi num lugar de ser muito novo em que estava sendo imposto muita coisa, não só o gênero como sexualidade, um combo cisheteronormativo” (Acervo do autor. Pessoa transmasculina, branca, 26 anos).

A menstruação como uma passagem de “menina” para “mulher” é dotada de uma sexualização específica: as preocupações heteroreprodutivas profetizadas pela sociedade junto ao advento da menarca, ainda que ela ocorra em crianças ou pessoas

que não tenham essa orientação sexual (Chacon, 2024; Meinerz & Santos, 2022). Nesse sentido, junto ao sangue vem o imperativo de que a corporalidade menstruante não só está apta para reprodução heterossexual, como deve reorganizar a sua vida por conta dela. Para Preciado (2018) a heterossexualidade faz parte da estratégia da sexopolítica e sustenta a produção da identidade normativa e da fabricação de certos órgãos como “sexuais” e “reprodutores”. Como consequência, para além da LGBTQIAPN+fobia que os relatos denunciam, estratégias para gerir a fecundidade da sexualidade hétero no Brasil são a centralidade dos debates e das investidas científicas na temática da saúde sexual e reprodutiva (Cabral, 2011).

b) Denúncias sobre o âmbito ginecológico

Os relatos desta categoria apresentam, em seu conteúdo, denúncias referentes ao ambiente ginecológico, tanto no que diz respeito a condutas profissionais quanto aos atributos sociais e burocráticos que institucionalizam essa especialidade. Em relação à gravidade dos fatos, foi exposta a brutalidade contida em ser uma pessoa trans e habitar um ambiente médico de raízes e pressupostos cisgêneros¹⁴; a violência derivada da falta de interesse e despreparo desses especialistas para lidar com a população trans e intersexo; bem como a transfobia presente na postura de equipes de saúde e nos próprios sistemas informatizados que operam seus dados com base na cisnorma¹⁵:

“Foi a única vez que eu fui no ginecologista, eu tava morrendo de medo. Eu chegar num corredor onde tem várias mulheres, aí tem um cara barbado lá, pra esperar o ginecologista. Então as pessoas ficam olhando, as pessoas olham. E esse dia inclusive, eu fui com uma amiga. Porque eu falei, olha, se me chamarem pelo nome morto, pelo menos você tá aqui comigo. Eu não queria ir sozinho, não fui sozinho” (Acervo do autor. Homem trans, negro, 33 anos).

“Além da grande maioria de ginecologistas não estarem preparados pra lidar com pessoas trans, e entender que tem homens de vagina que precisam desses cuidados, o fato de eu não me hormonizar também sinto que é uma questão, porque isso pras pessoas faz elas nem pensarem que talvez eu seja trans, porque tentam muito enquadrar o que é trans dentro

14 A ginecologia nasce no século XIX a partir da definição da suposta diferença biológica absoluta entre uma natureza feminina e masculina, normatizando uma desigualdade de fundamento cisgênero que orienta a abordagem até os dias de hoje (Chacon, 2024; Meinerz & Santos, 2022)

15 Há diversos relatos de homens trans e pessoas transmasculinas que procuram a atenção básica e não conseguem receber encaminhamento em saúde porque o sistema informatizado só permite atendimentos ginecológicos e obstétricos para usuários cadastrados como de sexo feminino (Novo, 2023).

das cisgeneridade, e aí tem aquele momento que eu tenho que parar e explicar olha, eu sou trans, por favor me trate assim” (Acervo do autor. Pessoa não binária, branca, 29 anos).

“Os médicos? Eles não recebem a questão intersexo de uma forma tranquila, pra eles é só ser hermafrodita, então só ter uma genitália atípica, se você não tem uma questão com a genitália então você não é intersexo, isso quando eles consideram o termo. Quando você fala que SOP¹⁶ é uma variação intersexo as pessoas ficam chocadas, porque muitas pessoas têm SOP. E ficam nossa, não pode ser. Mas assim, a SOP pode ter origens diferentes. No meu caso, eu com dez anos tinha SOP, é diferente de uma mulher cis que descobre quando vai engravidar. Eu cheguei a falar com a médica do ambulatório trans que eu tinha SOP e era intersexo por isso, nossa ela foi muito, muito grosseira comigo, nem sei explicar o quanto, a ponto de ela falar que eu tava mentindo mesmo explicando que trabalhava com isso e era sobre mim. Ela me fez deitar na maca, eu achei que ela ia colher o papanicolau, e não. Ela tava me vasculhando pra ver se tinha alguma marca de cirurgia. E aí assim, com muita grosseria ela afirmava que eu não tinha nenhuma cirurgia ali e por isso não era intersexo, como se ser intersexo é só ter uma marca de mutilação genital. Eu saí muito desorientado do atendimento, e isso uma profissional do ambulatório trans (Acervo do autor. Pessoa não binária, branca e intersexo, 28 anos).

“Eu parei de tomar teste porque fiz ultrassom e estava com pólipos no útero e a médica suspendeu pra ver isso. A técnica de enfermagem que ficava lá de plantão (...) eu percebi essa pessoa conversando com outros profissionais me tratando como “ela”, “ela”, “aí ela”. Eu a corriji algumas vezes, falei olha, é ele. Não era alguém que não me conhecia, eu já tinha ficado lá uma outra vez, ela sabia, eu briguei muito com o hospital por conta do nome. E aí passou e voltando pra ala psi eu bati lá na portinha dos enfermeiros e falei vem cá, vocês ficam me tratando no feminino pelas costas? Aí essa mulher falou olha, veja bem, é que você foi fazer um exame ginecológico e aí pra mim fica difícil entender. Eu perguntei, fica difícil entender o que? Olha minha voz, olha minha cara, qual é a dificuldade de respeitar meu gênero? E ficou nessa, cheia de dedo. É assim que a gente leva. Acesso à saúde principalmente ginecologia a pessoas trans, os meninos não vão. E aí depois eu descobri que eu não tinha pólipos no útero, e eu operei. Fiquei um ano sem testosterona, vendo algumas reversões de características importantes pra mim, morrendo de medo da cirurgia, pra falar que meu útero não tinha nada. Era mais fácil eles me mandarem pra cirurgia do que eu esperar um outro ultrassom, por causa da fila” (Acervo do autor. Homem trans negro, 33 anos).

“Pessoas retificadas com gênero masculino tem uma dificuldade tremenda em marcar exame ginecológico, porque o sistema entende que homem

16 Sigla que faz referência a Síndrome do Ovário Policístico (SOP).

não faz exame ginecológico. Eu tenho um amigo que teve que processar o plano de saúde pra conseguir fazer a histerectomia por exemplo. Porque o próprio sistema de saúde entende que ele é um homem, ou seja, ele não pode ter útero” (Acervo do autor. Pessoa transmasculina, branca, 26 anos).

A faceta da medicalização e prescrição de hormônios também emergiu dos apontamentos relacionados ao ambiente médico. Sabe-se que essa problemática toma diferentes sentidos de acordo com o recorte identitário e étnico-racial. Mulheres cis são medicalizadas desde a mais tenra idade a partir da menarca, uma vez que o evento menstrual é lido socialmente de maneira análoga a uma patologia a ser controlada (Chacon, 2024; Klöppel, 2021). Contudo, são as mulheres negras as que mais sofrem com iniquidades na atenção em saúde reprodutiva (Santana et al., 2024). Enquanto isso, pessoas trans têm a possibilidade de fabricação de si mesmas barrada pelo controle farmacopolítico (Nascimento, 2023), seja por instâncias médicas, psicológicas ou de direitos que controlam o acesso a hormonização, cirurgia, retificação de documentos, entre outros processos de autodeterminação de gênero imprescindíveis para garantir a cidadania e dignidade da pessoa humana (Antra, 2022).

Para além dos contextos supracitados, emergem dos diálogos outras duas situações que devem ser levadas em consideração na discussão sobre medicalização, uma vez que são tentativas de controle médico-ginecológico com fundamento em estigmas sobre corporalidades específicas, no caso, intersexo e de uma pessoa com paralisia e mobilidade reduzida. No primeiro caso, houve o compartilhamento de uma existência medicalizada com anticoncepcionais sem um real consentimento e até mesmo como uma forma de patologização da condição intersexo. Já a segunda experiência discorre sobre a mesma prescrição indiscriminada de anticoncepcionais feita para mulheres cis, mas, nessa situação, embasada no estigma da infantilização perante uma pessoa com deficiência, com o pressuposto de que a sexualidade não poderia (ou deveria) ser uma faceta pertinente a existência dela.

“É isso que a gente chama de hormonização compulsória e precoce de crianças intersexo. Crianças trans que sabem quem são, não podem ser hormonizadas, são proibidas. Mas crianças intersexo sem entender nada do que tá acontecendo, são hormonizadas. A mim nunca foi dado o lugar sobre pensar sobre que tipo de hormônio eu queria tomar, ou de entender que tipo tá os pelos são um problema, mas como a gente pode lidar? Hoje eu amo minha barba, ela faz parte da minha identidade visual, mas antes eu tirava com cera, doía muito, por muitos anos ela foi um grande incômodo e um processo muito doloroso. Então, eu não tinha

referências pra pensar, referências fora da norma para pensar existências. O anticoncepcional vinha como a única alternativa possível pro meu caso, como se fosse a única coisa que pudessem fazer por mim. E como se fosse um problema ser quem eu era” (Acervo do autor. Pessoa não binária, branca e intersexo, 28 anos).

“E também né, já me perguntaram várias vezes se eu queria interromper a menstruação nos médicos, queriam me obrigar. Eu não sei como explicar pra vocês, eu sinto que eles querem poupar a gente de umas coisas... parece que não vê a gente nesse lugar de pessoa que vai menstruar, que vai engravidar, que vai se relacionar, de ser uma mulher mesmo. Uma coisa que acontece muito é infantilizar a gente (...). Tratam isso de sexualidade como se não fosse pra mim, como se cuidado não fosse assunto meu, esse cuidado não é só dela pois alguém vai ter que ajudar a cuidar, esse cuidado não é só dela então é melhor interromper. Essa visão que se é pra ser cuidada então é melhor interromper sabe” (Acervo do autor. Mulher cis, negra, possui paralisia e mobilidade reduzida, 23 anos).

Oficina de contrapartida e a tradução artística das inquietações

A mediação do primeiro dia de oficina contou com um jogo autoral que desenvolvi no mestrado (Chacon, 2024), que funciona como um conjunto de cartas com frases verdadeiras, falsas e duvidosas¹⁷ em que as pessoas participantes devem escolher para ler e expressar suas crenças e saberes ao grupo a respeito da pauta selecionada. As frases contemplam todas as temáticas identificadas como requisitos em prol da diversidade menstruante, e o caráter de serem factuais ou não tem gerado ambientes de reflexão e discussão sobre os estigmas a respeito do sangue e da educação precária que sobre ele recebemos (Chacon, 2024).

Neste contexto, não foi diferente. O jogo contou com uma versão impressa para ser utilizado na oficina e mobilizou mais de duas horas de discussão. Ao final da partida, as participantes foram convidadas a pensar sobre qual ou quais inquietações menstruais elas gostariam de expressar em fotografia no dia seguinte, situação em que seriam disponibilizados recursos técnicos e artísticos para isso. Dessa forma, a segunda oficina foi introduzida pelo conceito de fotoperformance¹⁸ e haviam tintas, tecidos vermelhos, absorventes, cuecas, sangue falso, entre outros recursos para viabilização das ideias. Discutidos os desejos e as formas com que os grupos poderiam materializá-los em foto, apresento os resultados:

17 Para saber mais sobre o conteúdo do jogo, acesse: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/20952>

18 Modalidade artística híbrida em que uma performance é criada unicamente para ser apresentada em fotografia.



Figura 1. Fotografia da oficina Corpos que Menstruam.
Acervo pessoal.

O conceito da foto foi sentido e criado a partir da ótica de uma vivência travesti, com a intenção de expressar o conflito que a ausência do sangue e o antagonismo social dos símbolos retratados podem causar em uma mulher. Durante os dois dias de oficina, a participante se dispôs interessada no tema e compartilhou com o grupo uma angústia identificada na época escolar, ilustrada no fato de todas as meninas cis começarem a experimentar a menstruação como a passagem para esta mulheridade. Permeava, segundo ela, um sentimento de tristeza e desejo de pertencer a esse universo, relatando que por vezes colocava um absorvente em sua cueca na busca de resolver o conflito. O recurso do díptico¹⁹ foi escolhido para representar a dualidade incomunicável dos dois símbolos (Figura 1).

19 Um díptico é um recurso artístico que consiste em duas peças (no caso, fotografias) conectadas de alguma forma, seja por compartilharem um tema, história ou apenas pela interligação física.



Figura 2. Fotografia da oficina *Corpos que Menstruam*.
Acervo pessoal.

Outros dois objetos foram escolhidos para a segunda foto: sangue falso e uma cueca boxer branca, reiterada pelas pessoas participantes como um símbolo socialmente taxado como mais masculino do que a cueca da foto anterior (Figura 2). O sentido da escolha, deliberado em grupo, foi ancorado nos relatos não binários e transmasculinos sobre suas relações menstruais compartilhados no dia anterior, em que a possibilidade de habitar uma existência trans e menstruar parece ser incongruente. O contraste dos símbolos e das cores foram intencionais para fabricar uma imagem impactante que chamasse atenção para a urgência de normalizar, cuidar e respeitar esse sangue que vaza da norma.



Figura 3. Fotografia da oficina *Corpos que menstruam*.
Acervo pessoal.

A terceira foto foi inspirada em relatos que denunciavam a fundamentação transfóbica dos espaços de “valorização menstrual” existentes em nossa sociedade, que pregam discursos de autonomia embasados em uma suposta “natureza feminina”, com alienadas e biologizantes compreensões de gênero. Se faz alusão a grupos geralmente relacionados ao sagrado feminino e ao feminismo radical (Chacon, 2024; Tavares et al., 2023). Os recursos de “empoderamento” prescritos por esses grupos, como o espécule para autoexame e o disco menstrual, foram adicionados junto a analgésicos e absorventes como símbolos que, para as participantes, parecem aprisionar a experiência de quem sangra.

Essa “corrente do sangue” foi compartilhada por algumas pessoas trans que relataram buscar autoconhecimento em todos os lugares possíveis, inclusive naqueles que se diziam progressistas e a favor da autonomia. Mas, por fim, a autonomia era direcionada apenas para mulheres cisgêneras, e a libertação pregada acabava apenas por aprisionar ainda mais os corpos e sangues não normativos na impossibilidade.

Caminhos possíveis para reelaborar o sentido do sangue

A amostra, apesar de limitada, contribui com experiências substanciais de pessoas historicamente excluídas da possibilidade de interlocução e agência em relação a pauta menstrual, aqui identificadas como homens trans, pessoas transmasculinas, não binárias, intersexo e com deficiência. Contudo, quando se escuta estas vozes, o primeiro caminho de análise que emerge (“O sangue como educação cisheteronormativa”) sugere que as narrativas afetadas por essa normatividade menstrual não se encerram nas pessoas que tem a possibilidade de vivenciar o sangue. Isso significa que o sentido do sangue, a sua inerência em ser ritual de transformação de qualquer ser em uma mulheridade específica, além de ser requisito para sê-la, é por si só problema social que diz respeito a muito mais pessoas do que simplesmente aquelas que podem menstruar.

Ao definirem a menstruação como a institucionalização da mulheridade, o debate que é intencionado desloca-se das (im)possibilidades de experiências com o sangue em si para o teor regulatório com que a menstruação se impõe para diferentes identidades e corporalidades. Dito isso, ressalta-se a contribuição de uma travesti, participante cuja foto e narrativa articulada (Figura 1) se mostram como dados ímpares e extremamente valiosos. Mulheres trans e travestis necessitam compor essa discussão, pois o fato de não sangrarem também pode ser um marcador importante no desenvolvimento pleno de suas sexualidades, uma vez que estão sujeitas ao mesmo estigma cisgênero do sangue que se mostra homogêneo em nossa sociedade industrial e ocidental (Willig, 2021). Ou seja, analisar a cisgeneridade dos discursos menstruais permite localizar e mapear os desdobramentos da violência existente em um rito social que confere legitimação a um tipo específico de ser mulher.

Não exercitar essa análise permite facilmente a patologização dos nossos corpos trans como disfóricos e errantes. Por que é que ela desejaria colocar absorventes em sua cueca, não é mesmo, senão por pura disforia?! Isso indica a necessidade de estudos do campo que i) ofereçam referências que contemplem experiências menstruais dissidentes da norma de gênero e corporalidade; mas que também ii) explicitem a cisgeneridade com que se constrói as linguagens disponíveis sobre o sangue, bem com a maneira que isso impacta diferentes pessoas que não se enquadram nessa categoria essencialista de mulheridade.

A título de curiosidade, outro ponto que engrossa o debate (e que não terá possibilidade de aprofundamento para fins deste artigo) diz respeito a como pessoas trans têm sido incluídas no debate menstrual na academia e no mercado de produtos menstruais. De fato, essa “inclusão” tem sido feita por pessoas cis interessadas em torno

de inúmeras questões e experiências trans, sem nenhum questionamento à cisgeneridade. A pergunta “como é menstruar para homens trans?” é utilizada como um artifício para enquadrar experiências menstruais dissidentes como disfóricas, sem que o próprio conceito de menstruação seja problematizado. A menstruação, portanto, tem sido armadilha de perpetuação da cisgeneridade por enclausurar epistemologias trans dentro de seus próprios conceitos normativos.

A segunda categoria de análise do artigo diz respeito as denúncias sobre ambiente ginecológico. Não é novidade que a história da ginecologia é forjada no abuso de mulheres cis, em sua maioria negras e escravizadas, tendo a racialização e a heterossexualidade compulsória como aspectos constitutivos da colonialidade de gênero que legitima essa área de conhecimento (Meinerz & Santos, 2022). De muitas maneiras e em muitas esferas essa história ecoa nos dias de hoje, basta olhar, por exemplo, para o racismo obstétrico ou para falta da agência que mulheres cis possuem nesses tipos de atendimento, tendo a cor da pele como agravante das iniquidades e violências despontadas desse cenário (Meinerz & Santos, 2022; Santana et al., 2024).

Contudo, o que este artigo propõe busca chamar atenção para outras interseccionalidades que não podem ser ignoradas quando se trata do uso (e também do abuso) dessa especialidade médica. Corpos trans, intersexo e com deficiência mostraram possuir demandas específicas em relação a suas identidades e corporalidades a serem levadas em consideração no atendimento ginecológico, assim como as violências que relataram sofrer tiveram como fundamento a discriminação destas mesmas localidades existenciais.

O que tenho chamado de menstruação transreferenciada, articulação incipiente em minha prática de doutorado, visa uma aproximação do campo de pesquisa menstrual aos estudos transfeministas (Nascimento, 2023; Vieira & Pagliarini, 2018). Sendo um campo teórico-ativista que articula os pontos em que o feminismo diz respeito às vidas das pessoas trans, propõe, dentre outras coisas, um corte-denúncia no campo da linguagem ao constatar um arranjo de mundo que deve ser passível de análise: a cisnormatividade (Vieira & Pagliarini, 2018). Isso significa que as proposições sugeridas pelo artigo, especialmente a de tomar a cisgeneridade como categoria de investigação dos discursos menstruais e se atentar as interseccionalidades que emergem do campo, são ferramentas propostas por essa corrente de pensamento para a possibilidade de trabalho em coalizão. Pensar as diferentes realidades cis, trans, intersexo, com deficiência é um desafio audacioso que a história do transfeminismo pode ensinar a elaborar.

Para além da crescente visibilidade do termo “corpos que menstruam” nas redes sociais, não há pesquisas que escutem, analisem, enalteçam as necessidades menstruais das pessoas dissidentes que sangram e proponham recursos adequados para mudança desse cenário social, político, educacional e de direitos. Por este único e exclusivo motivo que a dissertação *Bases para uma Educação Menstrual Popular e LGBTQIAPN+* (Chacon, 2024) foi constantemente citada, pois é uma pequena e embrionária abertura de horizontes em que se faz urgente a existência de muitos outros trabalhos, protagonismos diversos e espaços outros para continuar a germinar. A dimensão étnico-racial, outro limite aqui não aprofundado por não ter sido categoria emergente dos dados, é uma variável fundamental na leitura dessas realidades.

A menstruação tem sido subjugada como um fenômeno irrelevante. Um dos inúmeros pontos que a tornam uma discussão urgente é o potencial dos efeitos de seu sentido hegemônico no desenvolvimento da sexualidade de uma pessoa. Nesse sentido, defendo que o sangue seja ensinado como tal, um agente epistêmico de si mesmo, distante de um determinismo sexual e reprodutivo (Chacon, 2024). É preciso desamararr o sangue de sua definição cis-identitária e aproximá-lo das corporalidades que possuem a condição o experimentar, mas que também não determinam a existência dessa relação. Quem sabe, percorrendo este caminho, o sentido alienante do fluido vermelho já nomeado por Nery (2012), a monstuação, possa dar espaço a elaborações cada vez mais harmoniosas com a autodeterminação dos protagonistas que o vivenciam.

Referências

Antra, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2022). *Diagnóstico sobre o acesso à retificação de nome e gênero de travestis e demais pessoas trans no Brasil*. Brasília: Distrito Drag.

Brasil. Senado Federal (2024). *O que é capacitismo?* Brasília: Senado Federal.

Cabral, Cristiane S. (2011). *Práticas contraceptivas e gestão da heterossexualidade: agência individual, contextos relacionais e gênero*. Tese de Doutorado, PPG em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Chacon, Za S. (2024). *Bases para uma Educação Menstrual Popular e LGBTQIAPN+*. Dissertação de Mestrado, PPGE, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

Klöppel, Bruna (2021). *A produção da segurança da pílula anticoncepcional: biomedicalização e gênero na ginecologia brasileira*. Tese de doutorado, PPG Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Meinerz, Nadia E., & Santos, Jhulia N. (2022). Ginecologia e colonialidade: intersecções de raça e sexualidade. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, 24(3).

Nascimento, Letícia (2023). *Transfeminismo*. São Paulo: Editora Jandaíra.

Nery, João. W. (2012). *Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois*. São Paulo: Editora Leya.

Novo, Arthur L. C. (2023). “Em clínico geral já me estressei, imagina no ginecologista”: perspectivas etnográficas sobre saúde sexual e saúde reprodutiva de homens trans. *Vivência: Revista de Antropologia*, 1(61).

Preciado, Paul (2018). *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N-1 Edições.

Santana, Ariane T., Couto, T. M., Lima, K. T. R. S., Oliveira, P. S., Bomfim, A. N. A., Almeida, L. C. G. A. & Rusmando, L. C. S. (2024). Racismo obstétrico, um debate em construção no Brasil: percepções de mulheres negras sobre a violência obstétrica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 29.

Santos, Thais E. C. (2020). *Jacob (y), “entre os sexos” e cardiopatias, o que o fez Anjo?* São Paulo: Editora Scortecci.

Tavares, Fatima R. G., Ribeiro, Thainá S. & Silvera, Iacy P. (2023). “Religiosidades da nova era e Círculos de Mulheres no Brasil: hibridismos, redes e cortes”. *Textos e Debates*, 29(1).

Vieira, Helena, & Pagliarini, Bia B. (2018). “Transfeminismo”. In: HOLLANDA, Heloisa B. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 343-378.

Willig, Caroline L. (2021). “Quem menstrua? Não só mulheres”. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12*, Florianópolis.

Recebido em 17 de fevereiro de 2025.

Aceito em 02 de junho de 2025.

O sentido do sangue: considerações menstruais que vazam da norma

Resumo

O artigo documenta inquietações de homens trans, pessoas transmasculinas, não binárias, travestis, intersexo e com deficiência a respeito da temática menstrual. Entrevistas e imagens decorrentes do projeto *Corpos que Menstruam*, roteiro de documentário aprovado pela lei Paulo Gustavo (2023), foram submetidas a análise descritiva a fim de propor caminhos emergentes para estudos do campo da menstruação. Compõem os resultados denúncias sobre os entraves ao acesso à saúde e educação menstrual digna para pessoas trans; o aniquilamento de pessoas intersexo nas condutas e saberes ginecológicos; manifestos sobre a inexistência de recursos de higiene menstrual adequados para pessoas com deficiência e os efeitos do marco cisheteronormativo do sangue na experiência destas pessoas, sobretudo em uma vivência travesti. Propõe-se a abordagem de menstruação transreferenciada, eixo de análise que se aproxima das do transfeminismo para produção de conhecimentos menstruais implicados com corpos dissidentes da estrutura social binária, cisheteronormativa e sem deficiências que podem sangrar.

Palavras-chave: Menstruação Transreferenciada; LGBTQIAPN+; PCD que Menstruam; Educação Menstrual; Transfeminismo.

The blood's meaning: out of norm menstrual considerations

Abstract

This article documents the concerns of trans men, transmasculine individuals, non-binary, travestis, intersex and people with disabilities about the menstruation theme. Interviews and pictures that took place on the project “*Corpos que Menstruam*” where submitted to descriptive analysis aiming to propose emerging pathways for the menstruation field. Composing the results are important denounces about the difficulty of health access and proper menstrual education of trans people; the lack of acknowledgement of intersex people in the gynecology knowledge and conduct; manifests about the inexistence of menstrual hygiene products for people with disabilities and the effects of the cisheteronormative meaning of the blood, especially concerning travestis. It is proposed a transreferenced menstruation approach that is allocated within the transfeminism studies intended for the production of menstrual knowledge engaged with bodies that can bleed and are dissident from the binary, cisheteronormative and without disabilities system.

Keywords: Transreferenced Menstruation; LGBTQIAPN+; PwD that Menstruate; Menstrual Education; Transfeminism.